

DOSSIÉ PARAGUAI

Apresentação dos fatos

No dia 15 de junho de 2012, em Curuguaty, uma localidade rural no nordeste do Paraguai, forças policiais tentaram desalojar um grupo de camponeses sem terra que ocupavam uma propriedade de 2 mil hectares, apropriada irregularmente por Blas Riquelme, um empresário e político da ditadura. A polícia interviu e iniciou um combate que acabou com 17 mortos (11 camponeses e 6 policiais) e mais de 20 feridos. Foi a mais grave tragédia desde o fim da ditadura no Paraguai, que tocou um dos temas mais sensíveis no país: a alta concentração das terras e a grande pobreza no campo. Poucos momentos após o incidente, líderes do Partido Colorado acusaram o então presidente Fernando Lugo como responsável pelas mortes em questão e o Congresso do Paraguai resolveu formar uma comissão para investigar os acontecimentos. Esse cenário foi o estopim para um processo de impedimento das funções presidenciais de Lugo, que ocorreria dias depois em 22 de junho.

Na manhã do dia 20 de junho, mesmo dia em que Fernando Lugo ordenou a criação de uma comissão especial de investigação a fim de esclarecer o confronto entre policiais e camponeses em Curuguaty, a segunda maior força política no Paraguai, o PLRA (Partido Liberal Radical Autêntico) pediu seu impeachment. No dia seguinte, 21 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o processo, pelo motivo principal de que Lugo tinha um desempenho fraco como presidente. Outras razões como o mau uso de quartéis militares, a ineficácia na redução da insegurança e a assinatura do Protocolo de Usumayia II culminaram na aprovação do processo.

No mesmo dia, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) decidiu enviar uma missão diplomática composta por chanceleres dos países membros ao Paraguai para encontrar uma solução para a crise política, notícia que não foi bem vista por setores da oposição ao governo de Lugo, que interpretaram como questão interna a situação do país. Os ministros, que estavam no Rio de Janeiro participando da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), viajaram a Assunção com o intuito de se reunirem com Fernando Lugo. A delegação foi liderada pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, e contava com os chanceleres Héctor Timerman (Argentina), Luis Almagro (Uruguai),

Alfredo Moreno (Chile), Nicolás Maduro (Venezuela), Rafael Roncagliolo (Peru), Ricardo Patiño (Equador) e María Angela Olguín (Colômbia), pela ministra de Desenvolvimento Rural da Bolívia, Nemesia Achacollo, e pelo secretário-geral da Unasul, Ali Rodríguez.

Na manhã do dia 22 de junho, mesmo dia em que a Organização dos Estados Americanos (OEA) convocou uma reunião extraordinária para discutir os acontecimentos no Paraguai, a defesa de Fernando Lugo entrou no Supremo Tribunal com uma ação de inconstitucionalidade contra o processo de impeachment. A medida, que visava suspender o julgamento político no Senado alegando que o prazo concedido para a defesa e apresentação de provas era muito curto foi imediatamente rejeitada, e sem a presença do presidente paraguaio, o Senado deu início, por volta das 12 horas e 30 minutos locais, ao julgamento político que decidiria sua permanência no cargo. Para representá-lo, cinco advogados compareceram perante os parlamentares.

Os assessores jurídicos de Lugo usaram uma hora e quarenta e cinco minutos das duas horas concedidas pelo Senado para a exposição. Entretanto, o Senado, com 39 votos a favor da condenação, decidiu pela deposição de Lugo de seu cargo de presidente do Paraguai, num julgamento que durou cinco horas. Desse modo, o vice-presidente de Lugo, Federico Franco, tomou posse na noite do dia 22 como novo presidente do Paraguai.

Após o fracasso nas negociações para evitar o impeachment de Fernando Lugo, os chanceleres da Unasul afirmaram, em comunicado oficial, que a deposição do mandatário configurou uma ameaça de ruptura com a ordem democrática. Disseram ainda que as ações entravavam em conflito com os artigos 1, 5 e 6 do Protocolo Adicional do Tratado Constitutivo da Unasul sobre o Compromisso com a Democracia e demonstraram total solidariedade ao povo paraguaio e respaldo constitucional ao presidente Fernando Lugo.

A maioria dos países da América central e do sul demonstrou repúdio à destituição de Lugo. Os governos da Argentina, Bolívia, Equador e Cuba classificaram logo de princípio a destituição como um golpe de Estado. Brasil, Uruguai, República Dominicana, El Salvador, Nicarágua e Panamá também rechaçaram a saída de Fernando Lugo. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, não reconheceu o governo de Franco e classificou como inválido e ilegal. A Costa Rica também condenou a decisão tomada pela maioria oposicionista no Congresso

e ofereceu asilo a Fernando Lugo e aos membros de seu gabinete. O governo do México considerou que o processo de destituição de Lugo não foi justo, ao não conceder a ele espaço para sua defesa. O presidente peruano, Ollanta Humala, classificou o ocorrido como um revés ao processo democrático na região. Em oposição a este cenário, o departamento de Estado dos EUA, assim como os governos do Canadá, da Alemanha, e a sede da Igreja Católica no Vaticano, reconheceram o impeachment e pediram calma ao povo paraguaio.

No dia 23 de junho, o governo argentino decidiu retirar seu embaixador no Paraguai como forma de demonstrar rejeição ao novo governo. O governo brasileiro anunciou a convocação do embaixador em Assunção para consultas e condenou como uma ruptura da ordem democrática o ocorrido no Paraguai. No dia seguinte (24), O Mercado Comum do Sul (Mercosul) decidiu suspender a participação do país na cúpula dos chefes de Estado do bloco.

Ao mesmo tempo em que Federico Franco realizava o juramento de seu cargo, Fernando Lugo concedia entrevista coletiva na qual reiterava sua intenção de retomar o poder. No dia 26 de junho, representantes do governo paraguaio foram ao Brasil com a intenção de buscar apoio da presidente Dilma Rousseff para o novo governo, logo após Franco declarar que sua prioridade era restaurar o equilíbrio interno do Paraguai e não o respaldo da política internacional.

No dia 27 de junho, a Secretaria Geral da Unasul informou que foi suspensa a participação de representantes paraguaios na reunião extraordinária na cidade argentina de Mendoza. No dia 28, o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, declarou que os países do Mercosul decidiram suspender o Paraguai dos órgãos do bloco até as novas eleições presidenciais no país em abril de 2013, mas esclareceu que não serão aplicadas sanções econômicas.

Chefes de Estado do Brasil, Uruguai e Argentina reuniram-se na 43ª cúpula do Mercosul, em Mendonza, na Argentina, e entraram em um consenso pela incorporação da Venezuela ao grupo. No dia 30 de junho, em consonância com as decisões do Mercosul, a Unasul também optou pela suspensão temporária do Paraguai do grupo até abril de 2013. Os senadores paraguaios consideraram ambas as determinações ilegais e ilegítimas, além de rejeitarem a incorporação da Venezuela como membro pleno do bloco sem contar com a unanimidade dos Estados-membros, uma vez que não participou da votação.

O governo do Paraguai declarou o embaixador da Venezuela no país, Don José F. Javier Arrúe de Pablo, como *persona non grata* e ordenou a retirada do chefe da delegação diplomática paraguaia de Caracas. O ministério paraguaio afirmou que, diante das graves evidências de intervenção por parte de funcionários venezuelanos em assuntos internos do Paraguai, o governo pede a retirada do embaixador do país. Após a declaração, Hugo Chávez, presidente da Venezuela, ordenou a retirada do pessoal militar destinado à embaixada do país no Paraguai devido a ameaças contra a delegação, que estaria sendo acusada de preparar um golpe de Estado em Assunção.

No dia 9 de julho, o governo paraguaio recorreu ao Protocolo de Olivos perante o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul para pedir a inaplicabilidade da suspensão do país e a anulação da entrada da Venezuela no bloco. O Paraguai afirmou que houve violação do direito internacional no que diz respeito aos princípios de igualdade jurídica entre os Estados e de não intervenção.

No dia 16 de julho, uma delegação do Parlamento Europeu reuniu-se com o presidente Federico Franco, e seu antecessor, Fernando Lugo, para averiguar suas versões sobre o processo de troca de poder. No dia seguinte (17), o presidente da Corte Suprema da Justiça do Paraguai, Víctor Núñez, afirmou que Lugo pode se candidatar a senador nas próximas eleições, mas está impossibilitado de concorrer à presidência do país por conta de seu impeachment.

O Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul apresentou, no dia 23 de julho, deliberação definitiva de rejeitar o recurso apresentado pelo Paraguai para anular a suspensão do país do bloco. Assim, o presidente paraguaio, Federico Franco, declarou que o Mercosul foi golpista ao suspender o país do bloco e qualificou de nula a entrada da Venezuela. Franco mencionou que uma das alternativas que resta ao Paraguai, em relação ao assunto, é recorrer à Corte Internacional de Haia, mas afirmou que será o governo que assumir em 2013 que tomará medidas em relação ao assunto. No mesmo dia, deputados do Brasil, Argentina e Uruguai, durante visita a Assunção, recusaram-se a reunir-se com Franco, por não reconhecerem sua legitimidade.

Durante reunião no dia 30 de julho, ministros das Relações Exteriores do Mercosul reiteraram o desejo de o Paraguai retornar ao bloco a partir das eleições de abril de 2013, reafirmando que o fim da suspensão paraguaia está condicionado à plena vigência das instituições democráticas. No dia 31, a Venezuela ingressou

como membro pleno no Mercosul e Hugo Chávez declarou que a entrada de seu país no bloco fortalece o caráter democrático do grupo.

Análise de Imprensa

A cobertura midiática do impeachment de Fernando Lugo, sob a perspectiva da política externa paraguaia, toma parte neste dossiê por acreditar-se que os veículos de imprensa exercem influência na percepção dos fatos omitidos, minimizados ou exaltados. A forma como os diários expressam os acontecimentos não é isenta dos interesses políticos e ideológicos assumidos ou não em seus editoriais.

Do Paraguai, três diários de elevada expressão nacional são analisados: ABC Color, Información Pública Paraguay (IP Paraguay) – sendo este uma agência governamental - e La Nación. A partir da avaliação de seus editoriais e notícias, percebe-se abordagens distintas sobre o mesmo incidente, ora reveladas por intermédio dos fatos e depoimentos enfatizados já na manchete das notícias, ora por meio da literal modificação dos acontecimentos.

O exame compreendeu a análise comparada dos três diários sobre os mesmos fatos de política exterior desde os prelúdios do impeachment até a data da admissão oficial da Venezuela no Mercosul, dando, dessa forma, uma dimensão do papel midiático como formador da opinião pública.

De um modo geral, averiguaram-se, mormente os editoriais, que os diários ABC Color e La Nación adotam uma postura de defesa à soberania do Estado paraguaio frente às manifestações dos governos estrangeiros. Entretanto, o primeiro radicaliza o debate e torna-se parcial em sua cobertura jornalística na maioria das vezes, enquanto o segundo não transpassa parcialidade em suas notícias, por mais que a mesma exista. Já com o diário eletrônico IP Paraguay, a dinâmica muda. Como é desenvolvido por uma agência estatal na forma de boletins em tempo real sobre os fatos relacionados ao governo, deve isentar-se na prestação de informações parciais. Entretanto, por menos partidário que seja, ainda é um jornal político-governista. Seu papel é reportar notícias buscando ao máximo a imparcialidade; todavia, seu “editor-chefe” é o Estado que o financia – desta forma, o jornal é impossibilitado de relatar notícias ou publicar palavras cujos signos seriam maléficis à imagem do governo.

No início do processo de impedimento, na Câmara dos Deputados, quando o resultado da votação dava por certo o destino de Lugo, todos os diários abordaram a vinda da comitiva de chanceleres da Unasul para o país. Enquanto o ABC Color manifestou seu apoio ao impeachment de Lugo e rechaçou os atentados contra a soberania paraguaia desferidos pela Unasul, o IP Paraguay e La Nación fizeram uma cobertura mais imparcial diante das atuações dos ministros do bloco, sem acentuar nenhuma anormalidade com a iniciativa.

Mesmo antes da manifestação da Unasul, o ABC Color, em seu editorial, alertou sobre uma possível retaliação dos presidentes bolivarianos, mais especificamente, os mandatários de Venezuela, Hugo Chávez, e Argentina, Cristina Kitchener, no processo de impeachment. De acordo com o diário, o clube de presidentes invocaria os Protocolos da Unasul e Ushuaia II, considerados intervencionistas, para impedir o impeachment de Lugo. O editorial reitera ainda que os tratados internacionais seriam utilizados com interpretações parciais feitas pelos governos bolivarianos para deslegitimar a decisão do Congresso Federal.

No mesmo dia em que a Câmara aprovara o pedido de impeachment, uma delegação especial de chanceleres da Unasul, chefiada pelo secretário geral do bloco, Alí Rodríguez, foi enviada ao Paraguai com a intenção de assegurar que os princípios democráticos fossem cumpridos durante o processo, além de estabelecer reuniões com os congressistas e partidos da oposição. De acordo com Rodríguez, a situação era preocupante, uma vez que se tratava de um importante membro do bloco: Lugo ocuparia a posição de presidente pro tempore da Unasul até novembro do mesmo ano. No dia seguinte, o Senado aprovou a cassação do mandato de Lugo em meio a protestos internacionais dos países sul-americanos. Com a sua destituição, o então vice-presidente, Federico Franco, tomou posse.

A respeito deste evento, o diário La Nación deu enfoque ao presidente do Uruguai, José Mujica, quem dirigiu a reunião, em caráter de urgência, entre todos os mandatários da Unasul, os quais se encontravam no Brasil pela ocasião da Rio+20. O noticiário também abrangeu a atuação dos ministros como garantidores de que fossem cumpridos os protocolos de compromisso democrático assumidos pelo Paraguai no âmbito da Unasul.

Por seu turno, o IP Paraguay abordou mais os atores domésticos, porém noticiou o encontro dos chanceleres com Lugo e o comunicado oficial do secretário

geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, que firmava a necessidade de se estabelecer o diálogo, o entendimento e a paz interna.

Ambos os jornais IP Paraguay e La Nación repercutiram o fato com aparente isenção, dando relevância para os atores que defenderam o respeito às prerrogativas democráticas no país. Contudo, o diário ABC Color usou-se das manifestações da Unasul como um sinal de ingerência externa intolerável para o país. As reportagens do dia 22 de junho, e as que se seguem a partir de então, dedicam espaço para o linchamento das atitudes da Unasul e do Mercosul, sustentados por declarações de partidários liberais e setores conservadores, como, por exemplo, a Igreja Católica e o Vaticano. O periódico descumpriu um dos princípios éticos básicos do jornalismo de ouvir os lados dissonantes sobre um mesmo fato e de transmissão dos acontecimentos com responsabilidade.

No dia 22 de junho, a Unasul declarou o não reconhecimento do mandatário empossado Federico Franco, sob a alegação de que os presidentes do bloco não tiveram as garantias de que o processo de impedimento transcorreria de modo a respeitar as prerrogativas democráticas. Ademais, os países sul-americanos que tomam parte no Mercosul e na Unasul deliberaram a suspensão paraguaia do Encontro de Presidentes do Mercosul e Estados Associados e, posteriormente, de ambos os organismos regionais, até que novas eleições sejam realizadas em 2013.

Prevendo-se a possibilidade de retaliações por parte da Unasul, o diário ABC Color, em reportagem do dia 23 de junho, reportou que o setor privado não dependia das importações de nenhum membro da Unasul. Ainda no mesmo dia, o periódico reiterou a afirmação, com o depoimento de um ex-senador do Partido Liberal Radical Armado, Carlos Mateo Balmelli, que deslegitimou o Protocolo Adicional invocado pelo organismo. Observa-se a constante prática de entrevistar ex-autoridades políticas e membros da Igreja Católica no jornal ABC Color para valer-se do discurso baseado em depoimentos de cidadão cuja opinião pode ser validada como especialista mesmo que a suposta autoridade no assunto seja altamente contestável e função na matéria é apenas validar o posicionamento político já estabelecido pelo ABC Color. Ao explorar ex-autoridades, por exemplo, o jornal almeja nivelar estas ao status de um representante governamental, quando as fontes já não possuem fontes internas ou até mesmo lealdade para com o governo do qual buscam utilizar-se para legitimar suas parcialidades.

Seguindo a linha adotada até então, o diário também tentou deslegitimar a presença do ex-mandatário na reunião do Mercosul, ao reportar as considerações de autoridades que criticavam o bloco regional. O IP Paraguay e o La Nación continuaram com sua linha de abordagem, revelando os fatos com parcimônia.

No editorial que trata da posse de Franco, o periódico ABC Color dedica ampla redação no intento de reforçar a maturidade das instituições paraguaias diante de governos estrangeiros e declara abertamente seu apoio a Franco, desejando ao mandatário o maior dos êxitos em sua missão, pois, de acordo com o diário, disso dependeria a recuperação da esperança e do otimismo na política nacional. Ao passo que os reflexos externos do impeachment foram se revelando, sobretudo, pela ocasião da Cúpula dos Presidentes, na qual o ex-presidente Lugo foi convidado a participar, nota-se o acirramento do discurso contra os mandatários do Mercosul através do mesmo jornal.

Sobre a mudança de governo, o La Nación foi sucinto ao noticiar as sanções dos organismos regionais. No editorial do dia 25 de junho, o foco recai sobre a decisão do governo brasileiro de não reconhecimento do presidente Franco. De acordo com o diário, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, deveria reconhecer o governo de Franco imediatamente, uma vez que o juízo político ocorreu nos trâmites legais e pacificamente. O editorial também reitera que Argentina e Brasil tem interesse em manter Lugo no poder, pois necessitam de um governo que compactue com seus interesses estratégicos na região. Entretanto, seu posicionamento, antes de ser partidário, é nacionalista ao defender as mudanças internas do país no contexto da política externa.

No dia 29 de junho, durante a reunião da Cúpula do Mercosul, os mandatários dos países membros decidiram suspender a participação do Paraguai no bloco até que um novo presidente seja eleito por vias democráticas no país. Além disso, o Mercosul decidiu incorporar a Venezuela como membro pleno do bloco. Os tramites da entrada da última no bloco data de 2006 – após a aprovação nos demais países, o Paraguai era o único país que havia negado o ingresso em uma sessão do congresso.

Sobre o caso, o La Nación foca a importância política e econômica que Brasil e Argentina representam para o Paraguai, principalmente por este estar geograficamente posicionado numa região mediterrânea, dependente do transcurso por esses países para se conectar ao restante do mundo. O editorial questiona se é

sensato o ato de governos estrangeiros de reclamar a volta ao poder do ex-presidente Fernando Lugo e afirma que o país não deve aceitar apadrinhamento de nenhuma espécie para resolver seus problemas internos. O jornal destaca, de certa forma, positivamente, que a expulsão do Mercosul proporciona ao Paraguai a oportunidade de se impor com maior seriedade diante do bloco.

O jornal ABC Color focaliza o pleno rechaço da resolução do Mercosul através de uma abordagem baixa e sensacionalista. O diário insulta o bloco como um verdadeiro circo, denomina o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de gorila, e trata o episódio como fruto de uma venda comercial. De acordo com o editorial, a suspensão do Paraguai e o ingresso da Venezuela já estavam armados há tempo, como uma grande vingança à intransigência paraguaia de admitir a Venezuela no bloco, e vêm a satisfazer interesses escusos dos países do Mercosul. O jornal ainda ratifica que o Paraguai tem passado por uma das maiores humilhações de sua história secular.

A mesma verificação não se torna possível no diário IP Paraguay, já que o mesmo não divulga seu editorial. Contudo, partindo da análise de suas reportagens, o jornal dá espaço para o posicionamento do presidente Franco. Segundo a publicação, o mandatário alega haver outros interesses por trás da decisão do Mercosul. É característico do IP este tipo de posicionamento dado seu papel de agência informativa do governo. Seu papel, enquanto jornal, é o de transmitir pronunciamentos oficiais e reportar acontecimentos. Não assumi para si o papel de um formador de opinião pública – embora jamais critique o governo.

Dentre o período analisado, foi possível perceber a repercussão que a crise no Paraguai tomou nos jornais pesquisados. A cobertura da imprensa deu espaço tanto para as mobilizações de setores internos quanto as de atores externos. Entretanto, algumas constatações foram evidentes. Após a destituição de Lugo, o número de declarações presidenciais e de reportagens com a base governista aumentou no diário ABC Color, além da intensificação de insultos aos opositores do impeachment, como a Unasul e o Mercosul. Do IP Paraguay não se nota diferenças relevantes. O La Nación, ao contrário do ABC Color, possui um breve corpo de notícias sobre política externa e se mostra mais comedido com parcialidades. Neste panorama, percebe-se que as reportagens de política externa são um pouco mais objetivas do La Nación pois o próprio periódico não dá um espaço relevante ao tema.

A influência de um jornal é estabelecida através da construção de uma credibilidade ao longo do tempo; ao comprar o jornal, o leitor se baseia numa experiência prévia. Doravante, podemos supor que o alcance número de leitores de um jornal corresponde a sua influência – entretanto, mais que o número de cópias vendidas, o poder da mídia enquanto ator das relações internacionais é observado através da repercussão de suas publicações.

Neste caso, as externalidades causadas pelo impeachment desvia o foco da população do Paraguai para problemas internos. E o pouco tempo desde o ocorrido dificulta uma análise mais profunda sobre os desdobramentos internacionais da crise, e como isso refletirá na imagem do Brasil aos olhos paraguaios, sejam eles do povo ou do governo e Estado. Entretanto, o papel da mídia enquanto ator é inclinado a influenciar, ao menos no âmbito as Relações Internacionais, a opinião pública, pois esta confia e delega o seu conhecimento sobre as externalidades de seu país quase que (senão) inteiramente aos atores midiáticos.

Legalidade da deposição

As ações legislativas que culminaram com o impeachment do presidente paraguaio Fernando Lugo, têm início, com a aprovação da Resolução 5506, composta pela Declaração 220 da Câmara dos Deputados do Paraguai, emitida em 15 de junho de 2012.

Aprovada por 35 deputados, a Declaração 220 foi encaminhada a *Fiscalia General de Estado*, equivalente à Procuradoria Geral brasileira, para investigar os responsáveis pelo assassinato de camponeses na Estância Morumbi, região de Curuguaty, no interior do Paraguai.

No Congresso Nacional paraguaio, o caso Curuguaty foi utilizado como meio de pressão para levar a juízo político o presidente Fernando Lugo. O então mandatário perdeu sustentação política dos parlamentares de direita que o apoiavam desde a sua eleição à presidência e a correlação de forças tornou-se desfavorável para Lugo. A Câmara dos deputados do Paraguai é composta por 80 parlamentares, com a seguinte configuração:

- ANR Partido Colorado (direita - conservador) 34 membros;
- Partido Liberal Radical Autêntico – PLRA (direita - liberal) 29 membros;

- Partido da União Nacional dos Cidadãos Éticos – PUNACE (direita - conservador) 11 membros;
- Partido Pátria Querida – PPQ (direita – nacionalista) 4 membros;
- Partido Democrático Progressista – PDP (esquerda) 1 membro;
- Movimento de Participação Cidadã – MPC (esquerda) 1 membro ¹

No Senado paraguaio, composto por 45 parlamentares, também há uma predominância dos partidos de direita, com a seguinte configuração:

- Partido Liberal Radical Autêntico – PLRA (direita - liberal) 16 membros;
- ANR Partido Colorado (direita – conservador) 13 membros;
- Partido da União Nacional dos Cidadãos Éticos – PUNACE (direita - conservador) 9 membros;
- Partido Pátria Querida – PPQ (direita – nacionalista) 4 membros;
- Multibancada – PPS e PPT (esquerda) 3 membros.

Em um panorama político adverso ao então presidente, as forças majoritárias que compõem o parlamento paraguaio iniciaram as tratativas para introduzir o processo de impeachment de Lugo.

Antes de a Procuradoria Geral analisar o pedido de investigação proposto na Declaração 220, a mesa diretora da Câmara dos Deputados determinou no dia 21 de junho de 2012, o ingresso para apreciação dos deputados do Projeto de Resolução 5534, com a seguinte disposição:

Por la que se formula acusación ante la honorable Cámara de Senadores, contra Presidente de la República Fernando Lugo Mendez, a los efectos de la instauración del juicio político previsto en el Artículo 225 de la Constitución Nacional.

O Projeto de Resolução foi redigido tendo como fundamento, segundo a Câmara dos Deputados, o artigo 225 da Constituição do Paraguai:

El Presidente de la República, el Vicepresidente, los Ministros del Poder Ejecutivo, los Ministros de la Corte Suprema de Justicia, el Fiscal General del Estado, el Defensor del Pueblo, el Contralor General de la República, el Subcontralor y los integrantes del Tribunal Superior de Justicia Electoral, solo podrán ser sometidos a juicio político por mal desempeño de sus funciones, por delitos cometidos en el ejercicio de sus cargos o por delitos comunes.

¹ Junto à denominação partidária e ao campo político ideológico, consta ainda uma classificação distintiva das agremiações de direita.

La acusación será formulada por la Cámara de Diputados, por mayoría de dos tercios. Corresponderá a la Cámara de Senadores, por mayoría absoluta de dos tercios, juzgar en juicio público a los acusados por la Cámara de Diputados y, en su caso, declararlos culpables, al solo efecto de separarlos de sus cargos. En los casos de supuesta comisión de delitos, se pasarán los antecedentes a la justicia ordinaria".

Após submissão ao plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Resolução foi rapidamente aprovado no mesmo dia 21 de junho, por mais de 2/3 dos parlamentares e tornou-se o Libelo Acusatório - peça de acusação – contra o então presidente Fernando Lugo, conforme a Resolução Nº 1431/2012.

Na peça de acusação contra Fernando Lugo, os parlamentares invocaram cinco motivos para pedir o seu impeachment:

1. Financiamento estatal de um ato de protesto no ano de 2009, liderado por jovens socialistas, no Comando de Engenharia das Forças Armadas paraguaias;
2. Apoio do presidente na facilitação e instigação de movimentos de camponeses, com objetivo de invadir terras na região de Ñacunday;
3. Incapacidade do presidente no desenvolvimento de políticas ou programas contra a crescente insegurança no país;
4. Assinatura do Protocolo de Ushuaia II, que é considerado lesivo pelo Congresso paraguaio aos interesses do país, na medida em que segundo os parlamentares pode autorizar os países vizinhos a cortar o suprimento de combustíveis do Paraguai e confunde o Estado com a figura do presidente;
5. Responsabilidade de Lugo pela morte de pessoas inocentes no caso da “Matança de Curuguaty”.

Por fim o Libelo Acusatório assevera que os cinco tópicos mencionados na acusação, são provas contundentes, pois são de notoriedade pública, motivo pelo qual “não necessitam ser provadas, conforme o ordenamento jurídico vigente”. Ademais, a “contundência” das provas segundo os parlamentares justificaria o juízo político do então presidente com base no “mal desempenho de suas funções”, conforme determina o Art. 225 da Constituição paraguaia.

Ao fim do processo legislativo conduzido pela Câmara dos Deputados, a Resolução 1431 foi encaminhada ainda no dia 21 de junho de 2012 através da Mensagem 1834, ao presidente do Senado, Jorge Oviedo Matto, que redistribuiu a

mesma para a Comissão de Assuntos Constitucionais, Defesa Nacional e Força Pública.

Por falta de um dispositivo legislativo no regimento interno do Senado do Paraguai, com a função de disciplinar o trâmite do juízo político, coube a Comissão de Assuntos Constitucionais redigir o projeto de resolução nº 5536. Conforme os registros do Sistema de Informação Legislativa (SIL) do Congresso paraguaio, ainda no dia 21 de junho de 2012, a Comissão de Assuntos Constitucionais, presidida pelo Senador Hugo Estigarribia, deliberou e aprovou em tempo recorde o esboço da resolução que foi submetida ao plenário da Câmara dos Senadores.

Após a deliberação da Comissão de Assuntos Constitucionais, o seu presidente, Hugo Estigarribia, encaminhou ao presidente da Câmara dos Senadores do Paraguai, Jorge Oviedo Matto, a proposta de resolução com 13 artigos.

A proposta de Resolução, encaminhada pela Comissão de Assuntos Constitucionais, ao presidente da Câmara dos Senadores, continha em seus dois primeiros artigos a seguinte redação:

Artículo 1º.- Acusación. Recibida la correspondiente acusación, promovida por la Honorable Cámara de Diputados de conformidad a lo dispuesto en el artículo 225 de la Constitución Nacional, la Cámara de Senadores será convocada por su Presidencia a sesión extraordinaria

Artículo 2º.- Fecha del inicio del procedimiento. La fecha de inicio del procedimiento será establecida dentro de los cinco días a contar desde el día en que se haya dado cuenta de la acusación.

A proposta de resolução enviada pela Comissão de Assuntos Constitucionais ao plenário do Senado foi redigida em termos mais favoráveis a defesa do então presidente Fernando Lugo, com destaque para o artigo 2º, que determinava o início do procedimento de juízo político por parte do Senado, após cinco dias do oferecimento da acusação, pela Câmara dos Deputados.

Ainda no dia 21 de junho, o plenário do Senado paraguaio aprovou a resolução enviada pela Comissão de Assuntos Constitucionais, com diversas modificações. A Resolução nº 878 normatizou o processo de juízo político do então presidente Fernando Lugo. Contudo, a resolução parece ser o ponto em que o processo concorre para ter sua tramitação questionada por apoiadores do ex-presidente Lugo e pelos países que compõem o Mercosul e a Unasul.

Depois de modificada e aprovada pelo plenário, a Resolução 878 ganhou uma nova redação:

Artículo 2º.- No se admitirán incidentes, recusaciones, ni cuestiones de previo y especial pronunciamiento. Todas las resoluciones que adopte la Honorable Cámara de Senadores en presencia de las partes o de sus representantes, quedarán notificadas de pleno derecho; las demás les serán notificadas mediante cédula suscrita por el Presidente de la Honorable Cámara de Senadores y diligenciada por las personas que éste designe. Las resoluciones que adopte la Honorable Cámara de Senadores como Tribunal no podrán ser objeto de recurso alguno.

Los plazos serán computados en horas y tendrán carácter perentorio e improrrogable. El Tribunal podrá habilitar como días y horas hábiles los domingos y feriados.

A redação final da Resolução nº 878 mudou o entendimento da proposta da Comissão de Assuntos Constitucionais, que conferia à defesa o benefício de cinco dias após o oferecimento da denúncia. No entanto, a redação final concede a Câmara dos Senadores, investida na condição de Tribunal, a opção de contar os “prazos em horas” e não mais em cinco dias.

No dia 22 de junho, após conceder um tempo exíguo à defesa de Lugo, computado em horas e apenas um dia após o oferecimento da acusação, a Câmara dos Senadores do Paraguai, aprovou o impeachment do presidente Fernando Lugo.

Política externa paraguaia antes do impeachment

A vitória de Fernando Lugo, em 2008, representou a redemocratização de fato do Paraguai, uma vez que mesmo com o fim da ditadura, o Partido Colorado sempre esteve no poder. A partir de então, pode-se observar que Lugo buscou, no campo da política externa, estreitar as relações, não só com os países vizinhos, mas também com muitos outros países de todo o mundo, o que permitiu maior integração do Paraguai em âmbito internacional. A gestão fora marcada por relações de cooperação, celebração de acordos, integração e participação ativa no Mercosul e na Unasul, bloco onde o país tornou-se oficialmente membro em setembro de 2011.

Durante este período, o país sediou um importante evento, a XXI Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado, que ocorreu nos dias 28 e 29 outubro de

2011, a conferência é uma plataforma que reúne tanto países latino-americanos como também Andorra, Espanha e Portugal, com o intuito de debaterem uma agenda em comum e selarem tratados de cooperação. Para o chanceler Jorge Lara Castro, a realização de um evento deste porte “tirou o Paraguai da periferia”, pois além de ganhar maior visibilidade internacional, o país pôde “mostrar que tem recursos e capacidade de gerar condições e infraestruturas em nível de primeiro mundo”². Neste evento, Fernando Lugo fez importantes declarações em seu discurso de abertura: criticou o modelo econômico neoliberal e a falta de solidariedade do Brasil para com os países vizinhos, além de defender o Estado como o centro do pensamento regional, voltado para o desenvolvimento social integral, uma vez que a região sul-americana é a que apresenta maior índice de desigualdade. Ao final do evento, os países participantes assinaram a Declaração de Assunção, que estabeleceu o compromisso de erradicar a pobreza, fortalecer o desenvolvimento e promover a cooperação.

O país participou de várias ocasiões importantes em âmbito regional como, por exemplo, a reunião de Conselhos de ministros das Relações Exteriores da Unasul, que aconteceu no dia 17 de março, em Assunção, onde fora aprovada a declaração que consolidou a institucionalidade do organismo³.

Ainda em âmbito regional, no dia 26 de março, em Montevideú, o Paraguai assinou um convênio com o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Mercosul (Focem), para a instalação de um laboratório de biossegurança e controle de alimentos. O laboratório permitirá ao governo paraguaio aprimorar o controle sobre a febre aftosa⁴, o que exemplifica a participação ativa deste país no bloco.

O Paraguai também posicionou-se perante as barreiras comerciais impostas pela Argentina: no dia 24 de março de 2012 a delegação paraguaia do Parlamento do Mercosul apresentou um protesto formal à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as atitudes argentinas⁵.

O Estado paraguaio posicionou-se a respeito de muitos eventos polêmicos, como, por exemplo, quanto à participação de Cuba na VI Cúpula das Américas, que ocorreu no dia 15 de abril, na Colômbia, onde Fernando Lugo declarou que considera inaceitável a ausência cubana e criticou os bloqueios impostos à ilha

² Informe de Política Exterior Paraguuaia nº50

³ Informe de Política Exterior Paraguuaia nº59

⁴ Informe de Política Exterior Paraguuaia nº60

⁵ Informe de Política Exterior Paraguuaia nº61

pelos EUA, por violar a soberania cubana. Na mesma ocasião, o mandatário também demonstrou apoio à Argentina acerca da reivindicação das Ilhas Malvinas e aproveitou o ensejo para reclamar das barreiras impostas aos produtos paraguaios. Além de reconhecer, no dia 21 de setembro de 2011, o Estado da Palestina.

O país também estreitou suas relações com a União Europeia. No dia 03 de maio de 2012, Lugo recebeu uma delegação europeia de parlamentares, que contava com a presença do encarregado de negócios e representação da União Europeia (UE) no Paraguai, Eduardo Lechuga. No encontro, os representantes discutiram sobre o fundo da UE enviado ao Paraguai, as atuais ajudas econômicas no continente europeu, e maior cooperação entre Paraguai e a UE⁶.

Lugo também estabeleceu relações com países asiáticos⁷, no dia 24 maio deste ano encontrou-se com o Primeiro ministro indiano, Manmohan Singh, e presidiu um encontro com os representantes da Federação de Câmaras de Comércio da Índia (FICCI). O objetivo da viagem foi estreitar relações políticas, buscar possibilidades de cooperação econômica e aumentar o fluxo de mercadorias entre os países. No dia 26, Lugo foi à Tailândia e visitou indústrias alimentícias na capital Bangkok. O mandatário visitou Coreia do Sul no dia 28 de maio, onde reuniu-se com um grupo de empresários e representantes do governo sulcoreano. Na ocasião, Lugo assegurou que as portas do Paraguai estão abertas para os empresários que desejam investir e agradeceu ao governo da Coreia do Sul pela ajuda econômica que concede ao país. Ademais, representantes dos dois governos firmaram memorandos de entendimento para promover intercâmbios comerciais bilaterais e facilitar que trabalhadores paraguaios realizem treinamento profissional na Coreia do Sul⁸

Neste ano, o país também tomou uma importante decisão perante a Organização dos Estados Americanos (OEA) ⁹, nos dias 3, 4 e 5 de junho, na Bolívia, durante a 42ª Assembleia Geral, o chanceler paraguaio, Jorge Lara Castro, anunciou a adesão do país à Carta Social das Américas. Documento aprovado pela maioria dos presentes e que tem como principais objetivos a erradicação da pobreza extrema e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos das Américas. Na ocasião, o chanceler destacou que o atual governo paraguaio desenvolve ações na área

⁶ Informe de Política Exterior Paraguuaia 65

⁷ Informe de Política Exterior Paraguuaia 68

⁸ Informe de Política Exterior Paraguuaia nº 69

social e enumerou programas implementados no âmbito da erradicação do analfabetismo, segurança alimentar, universalização do atendimento à saúde e ampliação do sistema de saneamento básico e esgotamento sanitário. No dia 5, durante debate sobre segurança alimentar, o chanceler criticou a acumulação de latifúndios em posse de poucos, o que torna o Paraguai um dos países com maior índice de desigualdade na distribuição de terras no mundo e defendeu a ampliação das políticas de segurança alimentar para combater a fome.

Através destes exemplos, o que se pode verificar é que a agenda de política externa sob o governo de Fernando Lugo pautou-se no estabelecimento de relações com países inéditos até então e os estreitamento das relações já existentes, visando sempre parcerias para estabelecer acordos de cooperação.

Impactos da mudança de governador na política externa paraguaia

A partir da manifestação contrária dos ministros das Relações Exteriores da União de Nações Sul-americanas (Unasul) à destituição do ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo, e consequente reconhecimento da posse de seu então vice-presidente, Federico Franco, mostrou-se iminente o enfraquecimento da cooperação no âmbito da integração regional.

Logo, o Paraguai foi submetido a uma série de medidas austeras, dentre as quais a suspensão da Unasul, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), do Projeto de Cooperação da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Procoopsur) e de seus respectivos eventos - como a Cúpula de Presidentes do Mercosul, a Reunião Especializada de Cooperativas (Recm) do bloco e a reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado da Unasul, na qual o país exercia a presidência *pro tempore*. Tais sanções foram aplicadas com o intuito de possuir vigência até as próximas eleições presidenciais no país, a serem realizadas em agosto de 2013, pois de acordo com o Protocolo de Ushuaia, mecanismo que condiciona a participação de um país no Mercosul à plena vigência das instituições democráticas, houve um rito sumário contra Lugo e o rompimento da ordem democrática no Paraguai. Concomitantemente, países da Unasul, liderados pelo Equador, procuraram obter a interrupção temporária do Paraguai das atividades da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), assim como

Equador e Peru solicitaram a suspensão do país da Associação Latino-americana de Integração (Aladi). Contudo, as sanções empregadas foram estritamente políticas e não econômicas.

Ademais, Unasul e o Mercosul não reconheceram a legitimidade do governo de Federico Franco, o que suscitou a deflagração de crises diplomáticas com os países do entorno, sobretudo com a Argentina e a Venezuela. Tal situação agravou-se após a retirada do embaixador paraguaio na Venezuela, Augusto Ocampos Caballete. A medida foi adotada sob a justificativa de intervenção por parte de funcionários venezuelanos nos assuntos domésticos do Paraguai. Da mesma forma, o Estado paraguaio nomeou *persona non grata* o embaixador José Arrúe de Pablo e o chanceler Nicolás Maduro, ambos venezuelanos. As autoridades paraguayas ainda apontaram o aumento da perseguição internacional representada pelos governos identificados com a ideologia bolivariana.

Por outro lado, o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) decidiu enviar uma missão especial à Assunção a fim de avaliar a crise política no país. O Paraguai, que demonstrou apoio às iniciativas da OEA, também recebeu uma missão oficial do Parlamento Europeu, além de deputados argentinos e uruguaios do Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Em meio a estes acontecimentos, o Mercosul permitiu a admissão da Venezuela como membro pleno do bloco, a qual somente era impedida pelo voto contrário do Paraguai. Este, porém, tendo como base o Protocolo sobre Compromisso Democrático no Mercosul, alegou que a decisão adotada pelos países membros é ilegal, ilegítima e violadora de todo processo.

A análise dos impactos da mudança de governo na política externa do Paraguai permite assinalar, em primeira instância, um evidente afastamento deste país em relação à comunidade internacional - visto que o governo vigente prioriza a resolução das questões internas, tal como a inviabilização de uma guerra civil. Entretanto, Franco segue na tentativa de convencer os demais países sobre os alcances legais da destituição de seu antecessor, de modo a comprovar o caráter democrático de seu governo, o qual preza pelo Estado de direito e pela liberdade irrestrita.

Segundo o mandatário, o governo paraguaio pretende recorrer a todos os organismos, em consonância com as premissas do direito internacional, como forma de condenação às ações de suspensão aplicadas pelo Mercosul e pela Unasul.

Assim, o Paraguai solicitou medidas de urgência ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (Tprm). Este analisa um pedido anterior enviado pelo país paraguaio, que insta a revisão de sua suspensão temporária e a inclusão da Venezuela no bloco.

Após a solicitação destas providências, a chancelaria paraguaia declarou, através de comunicado divulgado em coletiva de imprensa, que o Tribunal aceitou o governo de Franco como válido e que o reconhecimento da sua posição pelos demais países é imprescindível.

Desde o irrompimento do impeachment de Fernando Lugo, observou-se uma abertura do Paraguai, ainda que modesta, para o fortalecimento de suas relações bilaterais – seja com a Itália ou por meio da reabertura da embaixada britânica no país, que prevê o aumento das relações diplomáticas e comerciais.

Por conseguinte, o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José Félix Fernández Estigarribia, declarou que o governo está formulando estratégias para recompor os relacionamentos políticos do país na região. De acordo com Fernández, o Paraguai busca o apoio de países neutros a fim de encontrar uma solução para a perseguição que o país vem sofrendo.

Atuação Política dos Atores Envolvidos

BRASIL

Antes da destituição

Desde a década de 1930 as relações bilaterais entre Brasil e Paraguai foram, em modo geral, de cooperação e integração. O estabelecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991, reiterou o caráter das relações entre esses países.

Duas questões importantes a serem apresentadas são a dos brasiguaios e a da usina hidrelétrica de Itaipu.

Os brasiguaios são brasileiros que durante as décadas de 1960 e 1970 migraram para o leste do Paraguai em busca de terras. Neste período, houve um barateamento das terras desta região, onde o solo é muito fértil, devido a um

programa de incentivo aos agricultores realizado pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR).

Esses migrantes ocuparam a região de fronteira com o Brasil e formaram um verdadeiro espaço brasileiro. Tornaram-se muito importantes para a economia do país, porém estão em constante atrito com a população local de origem indígena.

A criação da usina hidroelétrica binacional de Itaipu foi estabelecida pelo Tratado de Itaipu em 1973, começou a funcionar em 1984 e as suas últimas unidades geradoras foram instaladas em 2007.

O tratado prevê que cada país terá direito a 50% do total de energia produzida pela hidroelétrica e que, aquele que não consumir a sua porcentagem poderá vender a produção excedente ao outro. O Paraguai consome apenas 5% da energia produzida, que supre 95% da sua demanda energética.

Fernando Lugo, com uma agenda direcionada a iniciativas em prol do desenvolvimento econômico e social do Paraguai, teve como principal bandeira eleitoral a revisão do valor em que era vendida a energia excedente ao Brasil.

Quando no poder, Lugo propôs um novo acordo sobre a exploração do potencial de Itaipu. Tal acordo, que foi aceito pelo então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, triplicou o valor pago pela energia paraguaia, acabou com a obrigação da Administración Nacional de Eletricidad (Ande) de negociar apenas com a Eletrobrás, além de estabelecer que a partir de 2023 o Paraguai poderá negociar a sua energia excedente com terceiros.

Lula após aprovar o novo acordo declarou que os países maiores tem a obrigação de ajudar os países de economia menor.

Após a destituição

Dois dias após a deposição de Fernando Lugo, o Brasil condenou o impeachment pela rapidez em que ocorreu e convocou o seu embaixador para consultas. Em diversas ocasiões os representantes brasileiros reiteraram que houve uma ruptura da ordem democrática no Paraguai além de referirem-se ao impedimento do presidente como golpe.

O governo brasileiro manifestou-se contra sanções econômicas ao país e afirmou que todas as decisões em relação ao Paraguai seriam tomadas de forma consensual no âmbito do Mercosul e da Unasul.

O Brasil mostrou-se favorável à inclusão da Venezuela como membro permanente do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Em resposta à acusação, feita pelo ministro das relações exteriores, Luis Almagro, e pelo vice-presidente do Uruguai, Danilo Astori, de que a presidente brasileira, Dilma Rousseff, teria influenciado na decisão do bloco, o ministro das relações exteriores do Brasil, Antonio Patriota, declarou que as determinações foram alcançadas por consenso.

MERCOSUL

Antes da destituição

O Mercosul foi criado pelo Tratado de Assunção em 1991 tendo como membros a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. No dia 26 de março de 2011, data em que o Mercosul completou vinte anos, os Estados parte emitiram um comunicado em que ressaltaram a importância do bloco não só em sua dimensão econômica-comercial, mas também como demonstração da capacidade dos países em articular uma agenda de valores e interesses comuns em sobreposição às diferenças no passado.

Em um seminário comemorativo intitulado “20 anos de Mercosul”, o então ministro paraguaio das Relações Exteriores, Jorge Lara Castro, afirmou que a assinatura do Tratado de Assunção havia dado início a um processo amplo e ambicioso de integração baseado da vontade política dos participantes e que, em vinte anos, o Mercosul atingiu avanços significativos no âmbito internacional pelos campos comercial e social.

Contudo, o ministro declarou que o bloco mostrou sinais de debilidade e que não atingiu muitos de seus objetivos iniciais, sendo que o Paraguai defendia que os países membros deveriam retirar barreiras e entraves comerciais que dificultassem o progresso para um mercado comum.

Com relação a aspectos econômicos, em um artigo para o Centro de Análise e Difusão da Economia Paraguaia (Cadep), o diretor de integração do Ministério da Fazenda do país, Francisco Ruiz Díaz, afirmou que a dependência do país de seus parceiros do Mercosul poderia chegar a 30% do PIB. Além do mais, o Paraguai é o maior beneficiado do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem),

sendo esses recursos muito importantes para a infraestrutura física do país, em particular no relativo a conexões viárias e de energia.

De qualquer maneira, há divergências entre os participantes do bloco, sendo isto evidenciado quando o Congresso paraguaio foi o único a não aprovar o protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul de 4 de julho de 2006. Assim, a admissão foi vetada, pois o Tratado de Assunção estabelecia a necessidade de unanimidade para a inclusão de um novo membro.

Outro ponto de desavença relaciona-se a medidas protecionistas. Em dezembro de 2011, a delegação paraguaia no Parlamento do Mercosul (Parlasul) denunciou Argentina e Brasil devido a interesses protecionistas destes. Os parlamentares declararam que a estratégia de ambos os países era oposta a todo projeto sério de integração regional e que visava debilitar a competitividade produtiva do Paraguai. O presidente da delegação paraguaia, Alfonso González Nuñez, afirmou que existia uma falta de correspondência nas relações do Paraguai com seus vizinhos tanto em escala bilateral quanto no âmbito do Mercosul devido à imposição de altas barreiras alfandegárias.

A questão continuou a causar problemas, sendo que em março de 2012 Lara Castro sustentou que restrições adotadas, particularmente pelo governo argentino, não correspondiam ao espírito do processo de integração do Mercosul. Em maio do mesmo ano, Nuñez voltou a afirmar que medidas protecionistas adotadas pela Argentina e pelo Brasil infringiam os tratados de cooperação e declarou que o Mercosul ainda estava longe de constituir um mercado comum.

Após a destituição

A destituição do ex-presidente paraguaio, Fernando Lugo, criou uma situação delicada no subcontinente. Em resposta a tal evento, o Mercosul emitiu uma declaração, no dia 24 de junho, afirmando que o ocorrido constituiu uma ruptura da ordem democrática e suspendendo a participação do Paraguai na Cúpula de Presidente do bloco marcada para o dia 29 do mesmo mês. Argentina, Brasil e Uruguai, alegaram que a decisão se baseava no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, o qual estipula a vigência de instituições democráticas como condição fundamental para o processo de integração regional.

Na Cúpula do dia 29, o Mercosul suspendeu oficialmente o Paraguai até as eleições gerais do país de abril de 2013 sustentando o argumento de ruptura democrática, sendo que durante o encontro nenhum dos chanceleres defendeu a aplicação de sanções econômicas ao Estado. Na mesma ocasião, o Mercosul incorporou como membro pleno a Venezuela, decisão esta efetivada em reunião do bloco no dia 31 de julho. A adesão foi possível devido à ausência paraguaia, uma vez que o país era o único opositor à admissão. O presidente paraguaio, Federico Franco, classificou as decisões como ilegais e ilegítimas.

No dia 21 de julho, Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (Tprm) considerou inadmissível o recurso do Paraguai encaminhado no dia 9 do mesmo mês, o qual solicitava a anulação da suspensão do país e da adesão venezuelana. O Tprm afirmou que instâncias anteriores previstas para casos de conflitos ainda não haviam sido esgotadas.

OEA

Antes da destituição

Nos dias 3, 4 e 5 de junho, ocorreu a 42ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). No discurso de abertura, o chanceler paraguaio, Jorge Lara Castro, anunciou a adesão do país a Carta Social das Américas – documento aprovado pela maioria da assembleia que têm como principais objetivos a erradicação da pobreza extrema e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos das Américas.

Após a destituição

No dia 25 de junho, o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, afirmou a existência de uma crise constitucional no Paraguai devido a uma colisão entre o Congresso e o poder Executivo. De acordo com Insulza, o ex-presidente Fernando Lugo não teve o direito de defesa assegurado, apesar da utilização de dispositivos constitucionais pelo Congresso para realização do impeachment. O secretário-geral afirmou ainda não ser papel da OEA intervir na situação do país.

No dia 27, o Conselho Permanente da OEA realizou uma nova reunião extraordinária, na qual o representante paraguaio, Hugo Saguier, exigiu que os países integrantes da organização não recorressem a sanções. Na ocasião, o bloco decidiu, de forma não consensual, enviar uma missão ao Paraguai para avaliar a crise política.

No dia 1º de julho, Insulza, acompanhado de comitiva, chegou a Assunção como observador da missão enviada pela OEA com o objetivo de coletar informações para confeccionar um informe sobre a situação do Paraguai no relativo à destituição do ex-presidente Fernando Lugo. Saguier afirmou que a comitiva desfrutaria de total liberdade para desempenhar suas funções.

No dia seguinte, o presidente paraguaio Federico Franco encontrou-se com Insulza e declarou que o Paraguai constituía um Estado democrático, com liberdade de imprensa e inexistência de presos políticos, sendo que esta situação não seria alterada. No dia 3, a missão da OEA no Paraguai foi encerrada. O secretário-geral da organização havia se reunido com distintos setores da sociedade e destacou a abertura obtida para coleta de informações.

No dia 9, em reunião extraordinária da OEA sobre a situação política paraguaia, Insulza apresentou o informe oficial da missão, no qual concluiu que o ocorrido no Paraguai constitui um término antecipado de mandado e posicionou-se contra a aplicação de sanções ao Estado. Ademais, o secretário-geral da organização sugeriu a criação de uma nova missão para acompanhar os processos conducentes às eleições gerais de 2013 no país. Na ocasião, os membros da OEA não tomaram uma decisão sobre a postura que seria adotada. No dia seguinte, o ministro de Relações Exteriores paraguaio, José Félix Fernández Estigarribia, afirmou que as recomendações de Insulza foram razoáveis.

No dia 1º de agosto, Hugo Saguier instou ao Conselho Permanente da OEA a convocação de uma reunião extraordinária para que a organização se expressasse sobre a situação política paraguaia com a deposição de Lugo. O presidente do Conselho, Stephen Vasciannie, declarou em resposta reconhecer que o país não pode esperar indefinidamente o posicionamento da OEA, mas alegou que não existia consenso entre os membros sobre o assunto.

UNASUL

Antes da destituição

No dia 11 de junho, o Conselho de ministros das Relações Exteriores da Unasul aprovou um fundo especial de US\$ 750 milhões que tem como objetivo projetos comunitários para a promoção da integração regional. O chanceler Jorge Lara Castro afirmou que o Paraguai será beneficiado e destacou a importância dos recursos do Conselho Sul-americano de Infra-estrutura e Planejamento (Cosiplan) para projetos de integração.

No dia 21 de junho, os presidentes dos países membros da Unasul convocaram uma reunião de emergência e decidiram enviar uma missão diplomática ao Paraguai para analisar a crise política no país. O assessor especial do Palácio do Planalto, Marco Aurélio Garcia, ressaltou que a crise política causa uma inquietação na região, onde há um convívio invejável, e declarou não acreditar que o Paraguai queira romper com esse convívio.

No mesmo dia, já no Paraguai, os chanceleres da Unasul reuniram-se com o presidente Fernando Lugo após a Câmara dos deputados ter aprovado o pedido de impeachment contra o mandatário. A delegação reiterou que os problemas que acometem um país sócio afetam todos os demais e que se deve respeitar a soberania popular que elegeu o presidente constitucional.

Após a destituição

No dia 22 de junho, no Paraguai, os ministros das Relações Exteriores da Unasul afirmaram que o bloco não reconhece o novo presidente paraguaio Federico Franco. A posse do novo mandatário ocorreu após a destituição por impeachment do então presidente Fernando Lugo. Os chanceleres informaram que se reuniram com Franco, dirigentes partidários e autoridades legislativas, dos quais não obtiveram respostas favoráveis sobre garantias e processos democráticos que haviam solicitado no decurso do impeachment.

No dia 24 de junho, as nações da América do Sul decidiram suspender o Paraguai da Unasul até as eleições presidenciais do ano que vem devido ao processo de impeachment do ex-presidente Fernando Lugo. A idéia surgiu como uma tentativa de desestimular outros países a realizar ações similares na região.

Bibliografia:

BLANCO, Luis Fernando. O novo acordo Brasil-Paraguai e a renegociação do Tratado de Itaipú.

CARMO, Marcia. Paraguai recebe US\$ 66 milhões do Mercosul enquanto bloco discute sanções. BBC Brasil, 28 jun 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120628_paraguai_focem_mercosul_mc.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2012.

COSTA, Jessica Ausier. As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”.

Observatório de Política Externa do Paraguai. Informes 18; 55 – 57; 66; 72 – 78.

Observatório de Política Externa do Brasil. Informes 354 – 360.

PARAGUASSU, Lisandra. PIB do Paraguai depende do Mercosul. O Estado de S. Paulo, Brasília, 05 ago 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,pib-do-paraguai-depende-do--mercosul-9114040.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2012.